



POLÍCIA
MILITAR

POLÍCIA
MILITAR

Simulado Final

PMDF

Oficial

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final PM-DF (Oficial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial do PM-DF**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WdzzehnJjQwokcmG7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ccTh>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***O TRABALHO DE CUIDADO NÃO REMUNERADO E MAL PAGO E A CRISE GLOBAL DA DESIGUALDADE**

O trabalho de cuidado é essencial para o funcionamento das sociedades e o equilíbrio da economia. Ele envolve o ato de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças ou deficiências físicas e mentais, além das atividades cotidianas do trabalho doméstico — como cozinhar, limpar, lavar, consertar objetos, organizar o lar e buscar recursos básicos como água e lenha em regiões mais carentes. Tais tarefas, apesar de serem fundamentais para a reprodução da vida e para o bem-estar coletivo, historicamente foram invisibilizadas e subvalorizadas, justamente por estarem majoritariamente sob responsabilidade de mulheres.

No Brasil, esse cenário se reproduz de forma marcante. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as mulheres brasileiras dedicam, em média, quase o dobro do tempo dos homens ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Essa sobrecarga recai com ainda mais força sobre mulheres negras, periféricas e de baixa renda, que enfrentam uma dupla jornada: além de cuidarem dos seus próprios lares, muitas atuam como trabalhadoras domésticas em casas de famílias de maior poder aquisitivo — função que, apesar de regulamentada, ainda apresenta baixos salários, informalidade e violações de direitos.

O Brasil tem uma herança histórica de desigualdade de gênero e raça que ainda estrutura o mercado de trabalho. O trabalho de cuidado, mesmo quando remunerado, segue sendo mal pago e carente de proteção social. As trabalhadoras domésticas, por exemplo, só conquistaram direitos trabalhistas básicos com a chamada "PEC das Domésticas", aprovada em 2013. Ainda assim, a informalidade e a falta de reconhecimento persistem como entraves estruturais.

Essa realidade escancara uma desigualdade profunda: enquanto homens — sobretudo os brancos — conseguem dedicar mais tempo ao trabalho formal, ao lazer e ao desenvolvimento profissional, mulheres (em

especial, as negras) sustentam silenciosamente as bases que mantêm as famílias e a sociedade funcionando. Essa divisão desigual de responsabilidades contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão.

Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado — tanto o não remunerado quanto o remunerado — é urgente para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. Políticas públicas de redistribuição do tempo, ampliação de creches e escolas em tempo integral, investimento em cuidado institucionalizado para idosos e pessoas com deficiência, além da valorização salarial das trabalhadoras desse setor, são medidas fundamentais para romper com a lógica histórica da desigualdade que ainda impera no Brasil.

1. De acordo com o texto acima, não é correto afirmar que:
 - a) O trabalho de cuidado sustenta a vida social e econômica, mas permanece desvalorizado, pois historicamente não é reconhecido como atividade produtiva nos marcos do capitalismo.
 - b) O trabalho de cuidado sustenta a vida social e econômica, mas permanece desvalorizado, pois historicamente não é reconhecido como atividade produtiva nos marcos do capitalismo.
 - c) Mulheres, sobretudo negras e pobres, concentram a maior parte das tarefas de cuidado, revelando a fortitude de um modelo patriarcal e racializado de distribuição do trabalho.
 - d) A sobrecarga de cuidados limita o acesso das mulheres ao mercado formal, à educação e à autonomia econômica, perpetuando ciclos de exclusão e pobreza.
 - e) A valorização do cuidado exige a criação de políticas que redistribuam tempo e recursos, ampliem serviços públicos e reconheçam esse trabalho como eixo central da justiça social.

2. Em relação à tipologia textual predominante e ao gênero textual do texto 1, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de um texto predominantemente narrativo, pertencente ao gênero conto sociológico, pois apresenta personagens e enredo com foco em desigualdades sociais.
- b) A tipologia é injuntiva, e o gênero é manual técnico, já que orienta os leitores a realizar atividades práticas relacionadas ao cuidado.
- c) O texto pertence ao gênero crônica opinativa, e sua tipologia é descritiva, por apresentar aspectos do cotidiano de forma subjetiva e estética.
- d) O texto apresenta tipologia expositiva-argumentativa, pertencente ao gênero artigo de opinião ou ensaio analítico, pois expõe fatos e os interpreta à luz de um ponto de vista crítico.
- e) Trata-se de um texto do gênero entrevista opinativa, de tipologia dialogal, com ênfase na troca de experiências entre sujeitos sociais marginalizados.

3. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta

- I. No primeiro período do primeiro parágrafo, a preposição 'para' introduz uma oração com valor de finalidade.
- II. No segundo período do primeiro parágrafo, o conectivo 'como' apresenta valor de exemplificação.
- III. No terceiro período do primeiro parágrafo, o conectivo 'apesar de', de valor concessivo, poderia ser substituído por 'embora', mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III

4. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta

- I. No segundo parágrafo, a expressão 'com ainda mais força' poderia ser substituída por 'mais fortemente', com manutenção da coerência do texto.
- II. No segundo período do segundo parágrafo, a expressão "além de" apresenta valor de acrescentamento.
- III. No final do terceiro parágrafo, o conectivo 'Ainda assim' introduz uma oração com valor condicional.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III

5. Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado — tanto o não remunerado quanto o remunerado — é urgente para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

Assinale a opção que apresenta corretamente identificada a função sintática dos elementos sublinhados acima.

- a) Sujeito e predicativo do objeto
- b) Sujeito e objeto direto
- c) Objeto direto e predicativo do sujeito
- d) Sujeito e adjunto adnominal
- e) Objeto direto e complemento nominal.

6. Políticas públicas de redistribuição do tempo, ampliação de creches e escolas em tempo integral, investimento em cuidado institucionalizado para idosos e pessoas com deficiência, além da valorização salarial das trabalhadoras desse setor, são medidas fundamentais para romper com a lógica histórica da desigualdade que ainda impera no Brasil.

Assinale a opção que apresente uma reescrita da frase acima que não esteja de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

a) Os investimentos em creches, escolas integrais, cuidado institucional e valorização profissional são ações essenciais para enfrentar a desigualdade estrutural no Brasil.

b) Romper com as desigualdades históricas exigem políticas públicas que redistribuam o tempo e valorizem o trabalho de cuidado, com foco em educação infantil e atenção a idosos.

c) A superação da desigualdade no Brasil passa por políticas de redistribuição do tempo e pelo fortalecimento de redes públicas de cuidado e educação.

d) Cuidar da infância, da velhice e das cuidadoras é estratégico para corrigir assimetrias sociais profundas e construir um país mais justo.

e) Garantir tempo, cuidado e dignidade às mulheres e aos dependentes é passo decisivo para desmontar a engrenagem da desigualdade brasileira.

7. Assinale a alternativa que apresente um caso de uso de vírgula opcional.

a) A equidade de gênero demanda políticas, que reconheçam o trabalho de cuidado como um pilar da cidadania e da justiça social.

b) Sem a valorização do cuidado — historicamente relegado às margens da economia —, qualquer projeto de igualdade será estruturalmente incompleto.

c) Ampliar a rede pública de cuidado é redistribuir não apenas o tempo, mas também as possibilidades de existência digna para milhões de mulheres.

d) O cuidado, quando alçado à condição de direito social, deixa de ser fardo privado e torna-se responsabilidade coletiva.

e) A superação da desigualdade, nas sociedades atuais, exige o deslocamento do cuidado do campo da invisibilidade para o centro das decisões políticas e orçamentárias.

8. No último período do segundo parágrafo, assinale a opção que apresente o sujeito do verbo destacado: ainda apresenta baixos salários, informalidade e violações de direitos.

a) jornada

b) renda

c) poder

d) função

e) que

9. Na expressão "Essa realidade", que inicia o quarto parágrafo do texto, o termo "realidade" retoma principalmente:

a) A invisibilidade do trabalho reprodutivo nas estruturas do capitalismo globalizado.

b) A centralidade do cuidado como pilar invisível da economia contemporânea.

c) A desigualdade no acesso à educação e à saúde pública em regiões periféricas.

d) A divisão sexual do trabalho baseada em uma lógica patriarcal e racializada.

e) A persistente informalidade e desvalorização das trabalhadoras do cuidado no Brasil.

10. Assinale a alternativa correta em relação ao emprego do acento de crase.

a) Dedicava-se à mesma tarefa com carinho.

b) A profissional decidiu visitar à casa do paciente.

c) Entregou os remédios à essa paciente.

d) Voltou à organizar o quarto.

e) Era sempre intensa à rotina de trabalho.

LEGISLAÇÃO (EXCETO LODF)*Fábio Ramos*

11. Em consonância com a Lei nº 7.289/1984, a Polícia Militar do Distrito Federal

- a) é organizada e mantida pelo Governo do Distrito Federal em razão da simetria com as mesmas organizações no plano dos Estados da Federação.
- b) constitui força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro nos casos de convocação ou mobilização.
- c) atua de maneira repressiva em caso de perturbação da ordem pública, enquanto a atuação preventiva fica à cargo da Polícia Civil do Distrito Federal.
- d) tem no Estado-Maior seu órgão máximo na hierarquia, responsável pela execução das diferentes missões policiais-militares.
- e) possui expressa função legal de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de calamidade pública.

12. Quanto aos Deveres, Violações, das Transgressões Disciplinares e crimes militares disponíveis no Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A violação das obrigações ou dos deveres policiais-militares constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar, conforme dispuser a legislação ou regulamentação específica ou peculiar.
- b) A violação dos preceitos da ética policial-militar é tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.
- c) São permitidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político, desde que previamente avisadas ao Comando Geral.
- d) O policial-militar que, por sua atuação, se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a ele inerentes, será afastado do cargo.

e) A pena disciplinar de detenção ou prisão não pode ultrapassar de trinta dias, além disso a Praça Especial aplicam-se, também, as disposições disciplinares previstas no regulamento do estabelecimento do ensino onde estiver matriculada.

13. Em consonância com a Lei nº 12.086, de 6 de Novembro de 2009, analise as assertivas abaixo:

- (I) Promoção é ato administrativo e tem como finalidade básica a ascensão seletiva aos postos e graduações superiores, com base nos interstícios de cada grau hierárquico.
- (II) No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, as promoções ocorrem somente pelos critérios de Antiguidade, merecimento e post mortem.
- (III) A promoção de que trata o caput será realizada quando o policial militar falecer em uma das situações como em ação de manutenção e preservação da ordem pública, ou em ato ou consequência de atividade militar.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) Somente a assertiva (I).
- b) Somente a assertiva (II).
- c) Somente a assertiva (III).
- d) Somente as assertivas (I) e (II).
- e) Somente as assertivas (I) e (III).

LODF*Rodrigo Francelino*

14. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, são princípios que orientam o exercício da segurança pública no Distrito Federal, EXCETO:

- a) preservação da ordem pública, assim entendidas as ordens urbanísticas, fundiária, econômica, tributária, das relações de consumo, ambiental e da saúde pública;
- b) ênfase no policiamento comunitário
- c) preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado.
- d) gestão integrada de seus órgãos e deles com as esferas educacional, da saúde pública e da assistência social, com a finalidade de prestar serviço concentrado na prevenção
- e) o exercício da atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, alagamentos, enchentes e outros desastres.

15. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, são objetivos da política de segurança pública no Distrito Federal, EXCETO:

- a) a prevenção das infrações penais, por meio de procedimentos investigatórios e de policiamento ostensivo.
- b) a apuração das infrações penais, por meio de procedimentos investigatórios de polícia judiciária.
- c) o exercício da atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, alagamentos, enchentes e outros desastres.
- d) a guarda dos prédios públicos do Distrito Federal.
- e) respeito aos direitos humanos e promoção dos direitos e das garantias fundamentais individuais e coletivas, especialmente dos segmentos sociais de maior vulnerabilidade.

DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA AS MULHERES*Leandro Signori*

Com relação ao II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, resolva as questões de números **16** e **17**.

16. “Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF” é uma meta do eixo:

- a) 7 – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia.
- b) 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
- c) 1 - Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.
- d) 8 - Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia.
- e) 2 – Educação Para Igualdade.

17. A respeito do Eixo 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, são feitas as seguintes afirmativas:

- I - Ampliar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- II - Aumentar o peso do voto feminino em eleições distritais e ampliar acesso ao fundo partidário para mulheres.
- III - Realizar referendos voltados especificamente para a população feminina deliberar sobre a criação de leis.

Consideram-se metas desse eixo:

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas a afirmativa III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

18. Sobre a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno (RIDE), são feitas as seguintes afirmativas:

- I - A RIDE é composta pelo Distrito Federal, por municípios do estado de Goiás e por municípios do estado de Minas Gerais, abrangendo uma região estratégica para a articulação de políticas públicas.
- II - Os serviços públicos de interesse da RIDE incluem, entre outros, saúde, educação, transporte, segurança pública e serviços de telecomunicação.
- III - Os representantes da sociedade civil não têm participação no COARIDE, pois esse é formado apenas por membros do Poder Executivo da União, do Distrito Federal, dos estados de Goiás e Minas Gerais e dos municípios de Goiás e Minas Gerais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

19. Com relação às Regiões Administrativas do Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir, assinalando Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Cada Região Administrativa tem um Administrador Regional, que é nomeado pelo Governador do Distrito Federal.
- () Atualmente, o Distrito Federal organiza-se em 35 Regiões Administrativas, sendo a de Arniqueira a mais recente, criada em 2022.
- () A Região administrativa de Brazlândia se destaca pela produção de hortaliças e frutas, e Planaltina e o Paranoá pelo cultivo da soja.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F, V, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, V.

d) F, F, F.

e) F, V, V.

20. Antes de se tornar realidade, a criação de Brasília e do Distrito Federal foi fruto de ideais e de debates ao longo da história brasileira. As propostas de transferência da capital do Brasil remontam ao período colonial.

Sobre a realidade histórica de Brasília, assinale a alternativa correta:

- a) A Missão Cruls destacou no seu relatório o relevo acidentado e o clima seco como fatores negativos para a construção da futura capital na área delimitada no Planalto Central.
- b) O território do atual Distrito Federal foi constituído de terras desmembradas dos estados de Goiás e Minas Gerais.
- c) A ideia de transferência da capital para o interior do país surgiu pela primeira vez com Dom Bosco, que vislumbrou de forma realística a forma e a localidade da cidade.
- d) Algumas cidades do Distrito Federal tiveram como origem os acampamentos de trabalhadores e técnicos da época da construção de Brasília.
- e) Para agilizar ao máximo as obras da nova capital, o concurso para o Plano Piloto de Brasília foi realizado pela Presidência da República, enquanto aguardava-se a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

DIREITO HUMANOS

Géssica Ehle

21. Eunice, empregada doméstica, ao chegar em casa após um dia inteiro de trabalho, depara-se com policiais junto à sua porta, alegando a necessidade de efetivarem uma busca no interior da residência, em decorrência de investigações sobre a ocorrência de possível atividade ilícita. Os policiais não portavam mandado judicial, não havia flagrante delito, ou qualquer justificativa.

À luz dos direitos humanos expressos na Constituição Federal de 1988, Eunice teve violado seu direito à

- a) liberdade de expressão.
- b) integridade pessoal.
- c) vida.
- d) proteção judicial.
- e) privacidade.

22. Quanto aos Direitos Humanos e seus conceitos, terminologias, estrutura normativa e fundamentação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Há um atual movimento para que se tratem todos os direitos humanos como direitos fundamentais, no sentido da promoção de sua compatibilidade material.
- b) Os direitos humanos se diferem dos direitos fundamentais em razão do plano jurídico de positivação.
- c) É notória a afirmação histórica dos direitos humanos, o que permite concluir que eles são dotados de uma normatividade aberta.
- d) a mais atual das correntes de fundamentação dos direitos humanos assenta-se na dignidade da pessoa humana como elo catalisador entre as demais correntes de fundamentação.
- e) Os direitos humanos têm superioridade normativa, são normas de *jus cogens*, portanto necessitam de regulamentação para que produzam seus efeitos perante o ordenamento jurídico de cada país.

23. Determinado presídio no interior do Rio Grande do Sul está sendo alvo de investigações pela conduta de alguns de seus agentes, policiais e delegado, que atuam junto à instituição. Hipoteticamente, caso se apure a violação a direitos humanos, como a prática de tortura e outros tratamentos cruéis e degradantes, poderá

- a) haver a punição administrativa dos envolvidos, por meio de um processo administrativo disciplinar, apenas.
- b) ocorrer a responsabilização dos agentes junto à esfera administrativa, penal e civil, apenas, vez que o dever de investigar e punir tais crimes exaure-se junto às instâncias internas.
- c) iniciar a investigação ética sob a perspectiva de falta ética por meio da conduta dos agentes, apenas, pendente qualquer outro viés investigativo da materialidade do delito.
- d) ser aberta investigação junto a organismos internacionais, a fim de apurar a conduta dos agentes e diante, por exemplo, da omissão do Estado soberano.
- e) ter início a investigação das condutas dos agentes por organismos internacionais de imediato, vez que se trata de crime de direitos humanos não é necessário que se respeite a soberania do Estado.

24. Jurandir foi acusado de estar organizando um ataque a um centro que presta acolhimento a pessoas que vivem em vulnerabilidade econômica e são parte da comunidade LGBTQIAPN+. Jurandir estaria planejando iniciar uma série de homicídios contra membros de tal grupo, exterminando o que considera ser uma “epidemia”.

Sobre tal narrativa, leia as afirmações a seguir.

I. A perpetração do delito configuraria o crime de genocídio, sendo aquele em que se objetiva destruir, total ou parcialmente, membros de um grupo.

II. Caso houvesse a consumação de tal ataque, poderia haver o acionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), que tem competência para processar e julgar indivíduos que cometam genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.

III. O Estado brasileiro se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

25. Determinado grupo de agentes da segurança pública está realizando curso de capacitação em direitos humanos. Sobre os conteúdos abordados, trata-se da internalização dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos junto ao ordenamento jurídico brasileiro. A respeito de tal tema, os agentes devem responder acertadamente que

- a) tais tratados podem assumir natureza de lei complementar, por ter conteúdo relacionado intrinsecamente à dignidade humana.
- b) os documentos somente poderão ser equiparados às emendas constitucionais, vez que tratam de direitos inerentes às pessoas humanas.

c) pode haver a internalização com natureza supralegal, ou equiparada às emendas constitucionais, a depender do procedimento por meio do qual forem aprovados.

d) serão equivalentes às leis ordinárias, assim como os demais tratados internacionais, vez que o ordenamento jurídico interno não comporta textos internacionais que se possam equiparar.

e) poderá haver sua internalização com “status” de norma constitucional, quando adentrarem por votação de maioria absoluta dos membros das Casas do Congresso Nacional.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

26. Bruno tem 14 carrinhos a menos do que Ângelo, e Celso tem 17 carrinhos a menos do que Ângelo. Se o produto entre o número de carrinhos de Bruno e o número de carrinhos de Celso é igual a 598, esses três meninos têm, juntos, um total de carrinhos igual a

- a) 89.
- b) 90.
- c) 91.
- d) 92.
- e) 93.

27. Considere seguintes proposições:

A: Em maio há 2 feriados ou 5 sábados.

B: Em maio nunca há carnaval.

A negação da condicional $A \rightarrow B$ é equivalente à afirmação:

- a) Em maio não há 2 feriados e não há 5 sábados e em maio sempre há carnaval.
- b) Em maio não há 2 feriados ou não há 5 sábados e em maio sempre há carnaval.
- c) Em maio há 2 feriados ou 5 sábados e em maio pode haver carnaval.
- d) Se em maio não há 2 feriados e não há 5 sábados, então em maio sempre há carnaval.
- e) Se em maio há 2 feriados e há 5 sábados, então em maio sempre há carnaval

28. A polícia militar do DF foi requisitada para dar uma batida em uma festa privada com dez mulheres e dez homens. Ao dar a batida ficou resolvido que 5 pessoas, sendo três mulheres e dois homens, iriam à delegacia para prestar depoimentos. Sabendo que a escolha das pessoas é aleatória, de quantas maneiras as pessoas podem ser escolhidas?

- a) 5400
- b) 2750
- c) 5.450
- d) 3800
- e) 5.600

29. Em uma batida policial, o esconderijo abriga um banco composto por duas mulheres e três homens. Os policiais conseguem capturar duas pessoas, as outras três conseguem fugir. A probabilidade de que as duas pessoas sejam do mesmo sexo é de:

- a) 20%.
- b) 25%.
- c) 32%.
- d) 36%.
- e) 40%.

30. Uma sequência de números (a_1, a_2, a_3, \dots) é tal que a soma dos n primeiros termos é dada pela expressão $S_n = 3n^2 + n$. O valor do 51º termo é

- a) 298
- b) 300
- c) 304
- d) 306
- e) 310

CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

31. No que se refere aos métodos da Criminologia, analise as afirmativas abaixo:

- I. O método empírico na Criminologia caracteriza-se pela observação da realidade e coleta de dados, sem necessariamente depender de teorias prévias.
- II. A interdisciplinaridade na Criminologia implica na utilização exclusiva de conhecimentos jurídicos para a compreensão do fenômeno criminal.
- III. O método clínico, utilizado por Lombroso, baseia-se exclusivamente em análises estatísticas para determinar padrões criminológicos.
- IV. A observação participante, como método empírico, permite ao pesquisador criminológico imergir no contexto social estudado, mas compromete a objetividade científica.
- V. A interdisciplinaridade na Criminologia moderna reconhece a insuficiência de uma única disciplina para explicar o fenômeno criminal complexo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, IV e V
- d) I e V
- e) III, IV e V

32. Sobre os modelos teóricos da Criminologia, considere o seguinte caso hipotético:

Em determinada região metropolitana, observou-se um aumento significativo de crimes patrimoniais em áreas específicas. Pesquisadores identificaram que esses locais apresentavam características comuns: iluminação precária, ausência de vigilância natural, grande fluxo de pessoas desconhecidas e baixa coesão social entre moradores.

Com base nesse cenário e nos conhecimentos sobre os modelos teóricos da Criminologia, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a Teoria da Anomia de Durkheim, esse fenômeno seria explicado pela discrepância entre os objetivos culturalmente valorizados e os meios institucionalizados para alcançá-los, independentemente das características ambientais descritas.
- b) A Escola de Chicago, com sua abordagem ecológica, rejeitaria a análise desse fenômeno a partir das características espaciais, focando exclusivamente nos aspectos biopsicológicos dos infratores.
- c) A Teoria das Atividades Rotineiras explicaria esse fenômeno pela convergência, no tempo e no espaço, de três elementos: ofensores motivados, alvos adequados e ausência de guardiões capazes, sendo as características ambientais descritas facilitadoras dessa convergência.
- d) A Teoria da Associação Diferencial de Sutherland seria a mais adequada para explicar esse fenômeno, pois enfatiza que o comportamento criminal é aprendido exclusivamente em interações pessoais íntimas, desconsiderando fatores ambientais.
- e) O Labeling Approach (Teoria do Etiquetamento) ofereceria a explicação mais adequada para esse fenômeno, ao considerar que a criminalidade nessas áreas decorre primariamente da estigmatização prévia desses espaços pelas agências de controle social.

33. Analise as seguintes afirmativas sobre os objetos de estudo da Criminologia:

- I. A vítima, como objeto de estudo da Criminologia, ganhou relevância principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da Vitimologia por autores como Benjamin Mendelsohn e Hans von Hentig.
- II. O controle social informal, exercido por instituições como família, escola e religião, possui eficácia preventiva superior ao controle social formal no paradigma da reação social.
- III. O delito, na perspectiva criminológica contemporânea, é compreendido exclusivamente como uma construção jurídica, independente de fatores sociais, culturais e políticos.
- IV. A análise do delinquente, na Criminologia positivista de Ferri, Garofalo e Lombroso, baseava-se no determinismo biológico como fator exclusivo da criminalidade, rejeitando completamente fatores sociais.
- V. A cifra oculta da criminalidade refere-se aos crimes não registrados oficialmente, constituindo um desafio metodológico para a Criminologia ao estudar o delito como fenômeno social.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I, II e V
- b) I, III e IV
- c) II, III e V
- d) I, IV e V
- e) III, IV e V

34. Sobre a prevenção da infração penal no Estado democrático de direito, analise o caso hipotético:

Um município brasileiro implementou um conjunto integrado de políticas públicas para redução da criminalidade, incluindo: (1) programas de desenvolvimento urbano em áreas degradadas, com melhoria de iluminação pública, transporte e espaços de convivência; (2) ampliação de oportunidades educacionais e profissionais para jovens em situação de vulnerabilidade; (3) criação de um sistema de monitoramento eletrônico em áreas de alta incidência criminal; (4) implementação de programas de justiça restaurativa para infratores primários; e (5) fortalecimento de programas de ressocialização no sistema prisional.

Com base nos conhecimentos sobre os níveis de prevenção criminal, assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE as medidas descritas:

- a) As medidas 1 e 2 constituem prevenção primária; a medida 3 constitui prevenção secundária; as medidas 4 e 5 constituem prevenção terciária.
- b) As medidas 1, 2 e 3 constituem prevenção primária; a medida 4 constitui prevenção secundária; a medida 5 constitui prevenção terciária.
- c) A medida 1 constitui prevenção primária; as medidas 2, 3 e 4 constituem prevenção secundária; a medida 5 constitui prevenção terciária.
- d) As medidas 1 e 2 constituem prevenção secundária; a medida 3 constitui prevenção primária; as medidas 4 e 5 constituem prevenção terciária.
- e) A medida 1 constitui prevenção terciária; as medidas 2 e 3 constituem prevenção primária; as medidas 4 e 5 constituem prevenção secundária.

35. Sobre as funções da Criminologia e sua relação com a política criminal, o Direito Penal e a Criminologia ambiental, analise as afirmativas abaixo:

- I. A função descritiva da Criminologia limita-se a registrar os fenômenos criminais sem qualquer pretensão explicativa ou crítica, mantendo-se neutra em relação às políticas criminais adotadas pelo Estado.
- II. A Criminologia ambiental, ao analisar a distribuição espacial e temporal dos delitos, fornece subsídios para políticas criminais de prevenção situacional, mas é incompatível com abordagens críticas que questionam as estruturas sociais.
- III. A relação entre Criminologia e Direito Penal caracteriza-se pela completa autonomia entre ambos, sendo a primeira uma ciência puramente descritiva e o segundo um sistema normativo sem influências criminológicas.
- IV. A política criminal representa a ponte entre os conhecimentos criminológicos e as reformas penais, podendo ser influenciada tanto por evidências científicas quanto por fatores políticos e midiáticos.
- V. A Criminologia verde, como vertente da Criminologia ambiental, estuda os crimes contra o meio ambiente e propõe a expansão do Direito Penal como única estratégia eficaz para a proteção ambiental.

Estão INCORRETAS as afirmativas:

- a) I, II, III e V
- b) I, III e IV
- c) II, IV e V
- d) I, II e V
- e) III, IV e V

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo***How Pakistan pulled off one of the fastest solar revolutions in the world**

Glimmering, deep-blue solar panels carpet rooftops in Pakistan's largest cities and dot the perimeters of houses in villages across the country.

Pakistan, home to more than 240 million people, is experiencing one of the most rapid solar revolutions on the planet, even as it grapples with poverty and economic instability.

The country has become a huge new market for solar as super-cheap Chinese solar panels flood in. It imported 17 gigawatts of solar panels in 2024, more than double the previous year, making it the world's third-biggest importer, according to data from the climate think tank Ember.

Pakistan's story is unique, said Mustafa Amjad, program director at Renewables First, an energy think tank based in Islamabad. Solar has been adopted at mass scale in countries including Vietnam and South Africa, "but none have had the speed and scale that Pakistan has had," he told CNN.

There's one particular aspect fascinating experts: The solar boom is a grassroots revolution and almost none of it is in the form of big solar farms. "There is no policy push that is driving this; this is essentially people-led and market driven," Amjad said.

(<https://edition.cnn.com/2025/05/01/climate/pakistan-solar-boom>)

36. According to the text, Pakistan's solar revolution is characterized by:

- a) A government-led initiative with large-scale solar farms.
- b) A people-led movement with minimal use of big solar farms.
- c) A policy-driven effort focusing on rural areas only.
- d) A decline in solar panel imports compared to previous years.
- e) A lack of interest from the population in solar energy.

37. Based on the text, it is correct to conclude that:

- a) Pakistan's solar revolution is primarily driven by government policies.
- b) The country imported fewer solar panels in 2024 than in the previous year.
- c) Pakistan is the world's largest importer of solar panels.
- d) The solar boom in Pakistan is largely a grassroots movement.
- e) Solar adoption in Pakistan is slower than in Vietnam and South Africa.

38. Which alternative can replace the verb "flood in" in the sentence "Chinese solar panels flood in" while maintaining the meaning:

- a) Dry up
- b) Pour in
- c) Fade out
- d) Run out
- e) Back off

39. According to the text, what role has China played in Pakistan's solar revolution?

- a) China has provided technical expertise to install solar farms.
- b) China has supplied a large quantity of affordable solar panels.
- c) China has funded government policies to promote solar energy.
- d) China has restricted the export of solar panels to Pakistan.
- e) China has built solar farms in Pakistan's rural areas.

40. The text implies something about the economic challenges faced by Pakistan during its solar revolution, which is

- a) They coexist with the rapid expansion of solar use
- b) They have prevented any adoption of solar energy.
- c) They have led to a decrease in solar panel imports.
- d) They are the main driver behind the solar boom.
- e) They have forced the government to build solar farms.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO *(ITENS 1, 2, 3, 4 E 5 DO EDITAL)

Douglas Schneider

41. Considerando as transformações na gestão pública e as reformas administrativas, assinale a opção adequada.

- a) A Nova Gestão Pública combina traços positivos dos sistemas patrimonial e gerencial de administração.
- b) A reforma administrativa mais recente no Brasil foi a estruturação burocrática implementada por Vargas.
- c) O modelo gerencial de administração pública é versátil, define métricas de desempenho, avalia impactos, orienta-se pelo cidadão e promove adaptações nas relações de trabalho.
- d) O sistema burocrático é direcionado a resultados, concentra-se em processos, padroniza ações e possui elevada segmentação funcional.
- e) Após a independência, o Brasil adotou o patrimonialismo como modelo administrativo, que, embora defasado, ainda influencia o governo.

42. Sobre as funções administrativas — planejamento, organização, liderança e controle —, assinale a alternativa correta.

- a) O controle visa coibir comportamentos inadequados e inaceitáveis dentro da organização.
- b) A priorização da qualidade é uma característica central do planejamento, garantindo eficiência nos planos traçados.
- c) Todas as funções administrativas são interligadas e interpessoais, mas apenas o planejamento se divide em níveis estratégico, tático e operacional.
- d) A estruturação e divisão das atividades organizacionais são definidas na liderança, alinhando-se à orientação estratégica.
- e) Planos bem elaborados facilitam o controle do tempo, aumentam o foco e promovem flexibilidade, contribuindo para alcançar objetivos estabelecidos no planejamento.

43. Na etapa de planejamento do ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), é correto afirmar que:

- a) São determinados os objetivos e metas que orientarão a implementação do plano de ação.
- b) Os resultados alcançados são acompanhados e comparados com as expectativas definidas no plano.
- c) Todas as atividades previamente definidas no plano de ação devem ser executadas.
- d) As ações identificadas em avaliações anteriores são implementadas, e novos planos são criados para otimizar processos.
- e) É feita uma análise detalhada para verificar se os objetivos foram atingidos.

44. Qual etapa da gestão de processos envolve o acompanhamento sistemático da execução para identificar e corrigir desvios, além de gerar feedback inicial sobre resultados, pontos fortes, fracos e necessidades de aprimoramento?

- a) Reconhecimento dos processos existentes.
- b) Elaboração de fluxogramas detalhados dos processos.
- c) Estabelecimento de métricas para avaliação.
- d) Avaliação contínua do desempenho dos processos.
- e) Implementação de ajustes para otimização.

**ADMINISTRAÇÃO: GESTÃO DE RECURSOS
MATERIAIS *(ITEM 7 DO EDITAL)**

Ricardo Campanário

45. É a etapa do processo de classificação que se caracteriza por efetuar uma descrição minuciosa do item:

- a) Especificação
- b) Normalização
- c) Codificação
- d) Padronização
- e) Abrangência

46. É a classificação que agrupa os itens em grupos de acordo com o seu valor de consumo, variando do mais importante até o menos importante.

- a) XYZ
- b) Classificação por aplicação
- c) ABC
- d) Percibilidade
- e) Periculosidade

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

47. Sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, dependendo de regulamentação posterior para produzirem todos os seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem restrições infraconstitucionais para limitar seu alcance e aplicabilidade.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não possuem aplicabilidade imediata, pois necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por terem caráter principiológico, não possuem qualquer efeito jurídico imediato.
- e) Toda norma de direito fundamental tem eficácia plena, independentemente de qualquer regulamentação infraconstitucional.

48. João, proprietário de uma fazenda, que atende a sua função social, teve parte de suas terras desapropriadas para a construção de uma rodovia. Ele alega que a indenização oferecida não é compatível com a Constituição Federal. Com base nos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) João não tem direito a contestar a desapropriação, pois a construção de rodovias é de interesse público.
- b) João pode contestar a desapropriação, mas não a indenização, que é fixada unilateralmente pelo Estado.
- c) A desapropriação por interesse público dispensa a necessidade de indenização.
- d) João tem direito a uma indenização justa e prévia, podendo contestar seu valor judicialmente.
- e) A desapropriação é ilegal, pois a propriedade é um direito absoluto e inviolável.

49. João, brasileiro nato, maior de idade, analfabeto, nunca se alistou como eleitor e formulou um requerimento à Secretaria de Saúde do município Beta, solicitando a ampliação do atendimento médico gratuito na região onde reside. O pedido, entretanto, foi negado sob o argumento de que João não é cidadão e que a Lei Municipal nº Y exige o pagamento de uma taxa administrativa para a análise de solicitações individuais.

À luz da Constituição da República, a negativa da Secretaria de Saúde foi:

- a) correta, pois a ausência de alistamento eleitoral impede que João exerça plenamente seus direitos políticos e administrativos.
- b) correta, pois a cobrança da taxa administrativa é constitucional e aplicável a todos os requerimentos individuais à administração pública.
- c) errada, pois João, mesmo sem ser eleitor, pode exercer direitos fundamentais, os quais são garantidos aos brasileiros e estrangeiros, não podendo ser exigido o pagamento da taxa para peticionar ao poder público.
- d) correta, pois apenas os cidadãos em pleno gozo dos direitos políticos podem peticionar às autoridades públicas.
- e) errada, pois João deveria ter sido previamente notificado para regularizar sua situação eleitoral antes de ter seu pedido negado.

50. A respeito das imunidades, incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

c) O pedido de sustação da ação penal em trâmite contra deputado ou senador deverá ser feito por partido político, com representação na Casa, no prazo improrrogável de 45 dias, contados da ciência da ação penal.

d) De acordo com o STF, após sentença condenatória transitada em julgado, deputados e senadores poderão ser presos. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por toda e qualquer infração penal.

51. Soldado Geraldo da Cruz, policial militar da ativa, com 32 anos, ingressou na atividade militar aos 21 anos e pretende se candidatar ao cargo eletivo de deputado federal nas próximas eleições gerais. Com base na Constituição Federal e considerando as informações fornecidas, assinale a alternativa correta:

- a) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo e ficará agregado à autoridade superior e se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade, não podendo após o término do mandato regressar à atividade.
- b) O soldado não poderá se candidatar pois não possui idade mínima para disputar o referido cargo.
- c) O soldado não poderá se candidatar, pois aos militares é vedada a filiação partidária enquanto em serviço ativo.
- d) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo, desde que se afaste da atividade desde o registro da candidatura.
- e) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo e ficará agregado à autoridade superior e se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade, desde que haja procedimento administrativo instaurado e requerimento do militar.

52. Sobre o tema Segurança Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A Segurança Pública é uma competência exclusiva da União, não podendo os Estados e Municípios legislar sobre normas de segurança ou atuar em situações de segurança pública no âmbito local.
- b) A Polícia Militar, que tem a função principal de preservar a ordem pública, é uma instituição vinculada ao Poder Judiciário, com foco na aplicação da legislação penal.
- c) A segurança pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal, deve ser exercida de forma compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a colaboração entre os diversos órgãos de segurança.
- d) O uso da força, no contexto da segurança pública, é absolutamente proibido, salvo em situações de legítima defesa e em casos de transgressões disciplinares militares.
- e) O Sistema Penal é o principal instrumento utilizado pelas políticas de segurança pública, com ênfase na prisão como forma de prevenção e reintegração dos infratores à sociedade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

53. Durante o processo de modernização de sua estrutura, um Tribunal de Justiça elaborou e aprovou um novo Regimento Interno com normas detalhadas sobre a organização de seus órgãos, a tramitação de processos internos e o funcionamento das sessões judiciais e administrativas.

Com base nessa situação e considerando as espécies de atos administrativos, é correto afirmar que a edição desse Regimento Interno corresponde a um ato:

- a) normativo.
- b) sancionatório.
- c) negocial.
- d) preparatório.
- e) confirmatório.

54. Conforme entendimento firmado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do exercício do poder de polícia, a teoria do ciclo de polícia é composta, em sua integralidade, pelas seguintes fases:

- a) ordem, fiscalização e sanção, sendo apenas a fase de sanção insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado;
- b) ordem, consentimento, fiscalização e sanção, sendo apenas a fase de sanção insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado;
- c) ordem, fiscalização e sanção, sendo apenas a fiscalização insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado;
- d) ordem, consentimento e sanção, sendo apenas o consentimento insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado;
- e) ordem, consentimento, fiscalização e sanção, sendo apenas a fase de ordem insuscetível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado.

55. Além dos princípios expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública também se guia por outras diretrizes que integram sua principiologia. Tais diretrizes consistem em normas gerais de conduta administrativa e são conhecidas como princípios implícitos.

Entre eles, segundo a doutrina do Direito Administrativo, destaca-se o princípio da:

- a) publicidade, que determina a ampla divulgação dos atos administrativos, inclusive aqueles praticados pelo Poder Judiciário, o qual não pode restringir a publicidade processual, mesmo quando houver necessidade de resguardar a intimidade.
- b) pessoalidade, que impõe à Administração a consideração de aspectos específicos do caso concreto, como as condições econômicas, sociais e culturais do administrado, ao praticar um ato administrativo em seu desfavor.
- c) autotutela, que confere à Administração a prerrogativa de controlar seus próprios atos, podendo anulá-los quando ilegais ou revogá-los quando considerados inoportunos ou inconvenientes, sem a necessidade de provocação do Poder Judiciário.
- d) improbidade administrativa, segundo o qual os atos e contratos administrativos devem ser realizados da maneira mais vantajosa à Administração, priorizando o lucro e o interesse público.
- e) continuidade dos serviços públicos, que obriga a Administração à prestação direta dos serviços essenciais, vedando a delegação a particulares, com o objetivo de evitar descontinuidade.

56. Durante a execução de uma diligência externa determinada por autoridade policial, N, policial civil do Estado, ao agir com negligência, acabou atropelando um pedestre. Ressalte-se que, segundo laudo pericial produzido no local, ficou constatado que o transeunte não teve qualquer responsabilidade pelo acontecimento danoso.

Com base no que dispõe a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo, assinalando (V) para verdadeira e (F) para falsa:

- O Estado poderá ser responsabilizado de forma subsidiária pela conduta de N, caso este não possua meios para cumprir eventual condenação indenizatória em favor do pedestre.
- A responsabilidade civil de N, enquanto agente público, é objetiva, exigindo-se a demonstração do elemento anímico.
- Para que o Estado possa ser responsabilizado civilmente, é necessário demonstrar, judicialmente, qual foi a conduta negligente de N.

As alternativas estão, respectivamente:

- a) V – F – V.
- b) F – F – F.
- c) V – V – F.
- d) F – V – F.
- e) V – V – V.

57. Compete, nos termos da Constituição, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela gestão de recursos, bens e valores públicos pertencentes à Administração direta e indireta, incluindo fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as contas daqueles que causarem perda, extravio ou qualquer outra irregularidade que acarrete prejuízo ao erário público, ao:

- a) Poder Judiciário estadual, por meio dos juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- b) Poder Judiciário federal, por meio dos juízes integrantes do Tribunal Regional Federal da respectiva Região.
- c) Tribunal de Contas competente no âmbito do ente federativo envolvido.
- d) sistema de controle interno de cada um dos Poderes.
- e) controle externo a cargo do Poder Legislativo, com o auxílio do Ministério Público.

58. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a condenação pela prática de ato de improbidade administrativa poderá acarretar:

- I. Perda dos direitos políticos;
- II. Suspensão da função pública;
- III. Indisponibilidade dos bens;
- IV. Ressarcimento ao erário.

Estão certos somente os itens:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) III e IV;
- d) I, II e IV;
- e) II, III e IV.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

59. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta no que se refere à teoria geral da pena.

- a) O Código Penal adota a teoria absoluta para explicar a finalidade da pena.
- b) São espécies de pena: privativa de liberdade e restritiva de direitos, somente.
- c) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo de 40 anos.
- d) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- e) O trabalho do preso será sempre remunerado, não lhes sendo garantidos os benefícios da Previdência Social.

60. José Eurípedes alterou, em parte, testamento particular. Nesse caso, José Eurípedes cometeu o crime de

- a) falsificação de selo ou sinal público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) favorecimento pessoal.
- e) falsificação de documento público.

61. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, configura o crime de:

- a) Concussão.
- b) Excesso de exação.
- c) Corrupção.
- d) Prevaricação.
- e) Condescendência criminosa.

62 - Considerando os princípios de aplicação da lei penal no tempo, identifique a modalidade de norma penal que, mesmo após o esgotamento de seu prazo de vigência ou a superação das circunstâncias específicas que a fundamentaram, continua a vigorar para os fatos ocorridos sob sua égide:

- a) Nenhuma espécie de lei se aplica ao referido caso, haja vista a irretroatividade da lei penal em prejuízo. Uma vez cessado o período de duração da lei penal, torna-se, em todos os casos, inaplicável.
- b) Lei penal em branco homogênea.
- c) Lei penal em branco heterogênea.
- d) Lei penal excepcional ou temporária.
- e) Lei penal ao avesso.

63. Em relação ao capítulo da ação penal no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- e) Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa da Defensoria Pública.

64. No que diz respeito à culpabilidade no Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A paixão exclui a culpabilidade.
- b) São causas que excluem a culpabilidade: a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.
- c) A embriaguez voluntária completa exclui a imputabilidade penal.
- d) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) É isento de pena quem, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não tem a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

65. Conforme expressa previsão do CPP, “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”, consagrando, assim, o princípio do efeito imediato da lei processual penal. Nesse caso, diz-se que foi adotado o sistema:

- a) da unidade processual
- b) do isolamento das fases processuais
- c) da ubiquidade
- d) do isolamento dos atos processuais
- e) misto

66. Leonardo, 28 anos, praticou um crime de estelionato contra Julieta, 72 anos, no dia 10.04.2024, em Águas Claras-DF. Julieta somente veio a tomar conhecimento da autoria delitiva em 20.04.2024, pois somente nessa data descobriu ter sido Leonardo o autor do crime. No dia 25.11.2024, Julieta se dirigiu à autoridade policial, narrou o ocorrido e requereu a instauração de inquérito policial.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que:

- a) a instauração do inquérito policial é possível apenas se houver requisição do MP.
- b) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a decadência.
- c) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a prescrição.
- d) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a perempção.
- e) a instauração de inquérito policial é possível.

67. Felipe foi preso em flagrante por policiais militares da PMDF no exato momento em que realizava a subtração de um veículo estacionado na via pública, na região de Ceilândia-DF, tendo sido conduzido à presença da autoridade policial local.

Nesse caso:

- a) deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente e à família do preso, apenas.
- b) em 24h o delegado deverá remeter o auto de prisão em flagrante ao Juiz competente e, caso o preso não indique advogado, cópia do APFD para a defensoria pública.
- c) o delegado deverá remeter cópia do auto de prisão em flagrante ao Juiz competente, em até 48h, a fim de que seja designada audiência de custódia.
- d) a ausência de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, ainda que haja testemunhas da apresentação do preso à autoridade policial.
- e) em se tratando de furto simples, a fiança somente poderá ser arbitrada pelo Juiz.

68. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No caso de infração de menor potencial ofensivo, se o autor do fato, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- b) No caso de crime de estelionato (pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa) o infrator não fará jus ao benefício da transação penal, mas será possível o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.
- c) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

- d) A composição dos danos civis será reduzida a termo e homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, que terá eficácia de título a ser executado no próprio juizado especial criminal.
- e) A imposição de pena restritiva de direitos ou multa, decorrente do acordo de transação penal, não gera reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

69. A Lei do Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) traz no seu artigo primeiro um rol taxativo de crimes que recebem esse rótulo. Marque a alternativa abaixo correta de acordo com a lei citada.

- a) O crime de sequestro e cárcere privado é crime hediondo em qualquer hipótese.
- b) A tortura é um crime hediondo.
- c) O crime de roubo com emprego de arma branca é crime hediondo.
- d) A incitação ao crime de genocídio é crime hediondo.
- e) O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo.

70. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art. 2º-A, da Lei nº 7.716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada, a pena dele poderá ser majorada:

- a) de 1/3 a 2/3.
- b) de 1/2 a 2/3.
- c) de 1/3 a 1/2.
- d) de 2/3.
- e) de 1/3.

71. Carlos, policial civil, ao chegar em casa, distraído, sacou a arma de fogo da cintura e colocou-a sobre a mesa. Devido a essa negligência, Cadu, de dois anos, filho do policial, se apoderou da arma de fogo, entretanto não foi causado nenhum acidente. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa abaixo correta.

- a) A conduta do policial é atípica.
- b) O policial responderá pelo crime de omissão de cautela.
- c) O policial responderá pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- d) O policial responderá pelo crime de corrupção de menores.
- e) O policial responderá pelo crime de porte irregular de arma de fogo de uso restrito por equiparação.

72. Ricardo, na direção do veículo automotor, atropelou uma pessoa culposamente. Ato contínuo, ao invés de prestar socorro à vítima, fugiu do local. Horas depois do atropelamento, a vítima veio a óbito. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 9.503/1997, ele será responsabilizado pelo crime de:

- a) Homicídio culposo simples.
- b) Homicídio culposo qualificado.
- c) Homicídio culposo majorado.
- d) Homicídio com dolo eventual.
- e) Homicídio com dolo direto.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

73. Quantos aos Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Estará sujeito à pena de impedimento caso deixe de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou,

apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.

- b) Caso um Cabo PM da ativa esteja escalado para o serviço ordinário no dia 15 de abril de 2026, das 7h às 19h, e ausentar-se da unidade a que serve, sem licença, o crime de deserção somente estará caracterizado no dia 24 do mesmo mês.
- c) O crime de Concerto para a Deserção será absorvido pelo crime de Deserção caso esta venha a se consumir.
- d) Haverá o crime de Abandono de Posto caso o militar abandone, sem ordem de superior, o serviço que lhe tenha sido designado, antes de terminá-lo.
- e) O crime de Dormir em Serviço somente ocorre na modalidade dolosa.

74. Nos termos do Código Penal Militar (CPM) e da doutrina penal militar, assinale a alternativa correta:

- a) O militar da reserva, quando empregado na administração militar, equipara-se a militar da ativa, para efeitos da aplicação da lei penal militar. No entanto, o mesmo não acontece com o militar reformado, haja vista o fato de esse não mais poder ser empregado na administração militar.
- b) Aquele que pratica crimes militares previstos no Código Penal Militar em prejuízo ao país em guerra contra país inimigo do Brasil, fica sujeito à lei militar, se o crime é praticado por brasileiro, ou se o crime é praticado no território nacional, ou em território estrangeiro militarmente ocupado por força brasileira, qualquer que seja o agente.
- c) O CPM prevê infrações disciplinares.
- d) O Direito Penal Militar, diferente do Direito Penal Comum Brasileiro, não traz a previsão dos institutos do arrependimento eficaz e desistência voluntária.
- e) O erro de fato, previsto no CPM, traz a possibilidade de isenção da pena do agente, desde que escusável.

75. O sargento Tício, da Polícia Militar, estava escalado para serviço de guarda no seu batalhão e, durante o horário de descanso, subtraiu a chave de uma viatura militar do Comandante da Unidade e com ela saiu da referida unidade, sem autorização ou justificativa para tal, para visitar parentes que se encontravam em localidade próxima ao seu Batalhão, tendo retornado horas depois para se apresentar e devolver a viatura militar nas mesmas condições. Nos termos do disposto no Código Penal Militar, tal conduta configura crimes de:

- a) desobediência e furto de uso;
- b) deserção instantânea e furto de uso;
- c) abandono de posto ou lugar de serviço e furto;
- d) abandono de posto ou lugar de serviço e furto de uso;
- e) abandono de posto ou lugar de serviço e peculato furto.

76. A respeito dos crimes militares em espécie, assinale a opção correta.

- a) O crime militar de abandono de posto pode ser cometido de forma dolosa ou culposa.
- b) Militares que, armados, se reunirem contra ordem recebida de superior, negando-se a cumpri-la, praticarão o crime de motim.
- c) O militar que desrespeitar superior diante de outro militar cometerá o crime de insubordinação.
- d) Cometerá o crime de deserção o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que sirva, ou do lugar em que deva permanecer, por mais de cinco dias.
- e) Constitui crime militar a prática de ato libidinoso em lugar sujeito à administração militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

77. Quanto à Ação Penal e seu Exercício no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar. Dessa forma, entende-se não ser possível a ação penal privada subsidiária da pública do âmbito do processo castrense.
- b) A denúncia deve ser apresentada pelo MP quando houver prova de fato, mesmo que este não constitua crime.
- c) Há crimes que exigem que, para o oferecimento da denúncia, haja requisição do Ministério ao qual o agente está subordinado ou do Ministério da Justiça.
- d) Depois de apresentada a denúncia, o Ministério Público ainda poderá desistir da ação penal, caso haja novo entendimento que há crime na situação.
- e) Não há possibilidade de alguém levar ao MP informações de fato que constitua crime militar.

78. Quanto ao Foro Militar e a Competência em Geral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra, o Foro do militar é especial, exceto em caso de crimes dolosos contra a vida praticados contra civil.
- b) Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do IPM à justiça comum.
- c) A competência do foro militar será determinada, de modo geral, pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado ou pela prevenção.
- d) A competência do foro militar será determinada, de modo especial, pela sede do lugar de serviço.
- e) Quanto à competência, prevalece o critério do local da infração em caso de conexão ou continência.

79. Sobre a Competência no Direito Processual Penal Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do acusado, salvo em casos em casos de militar em situação de atividade, que será regulada pelo lugar de serviço.
- b) Dentre outras situações, a competência pela prevenção poderá ocorrer quando for incerto o local da infração, por ter sido praticado crime em divisa de duas ou mais jurisdições.
- c) Quando, na sede da Circunscrição, houver mais de uma Auditoria com a mesma competência, esta se fixará pela prevenção.
- d) Haverá continência nas seguintes situações: quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração e na hipótese de uma única pessoa praticar várias infrações em concurso.
- e) O juiz poderá separar os processos nas seguintes situações: quando as infrações houverem sido praticadas em situações de tempo e lugar diferentes; quando for excessivo o número de acusados, para não lhes prolongar a prisão e quando ocorrer qualquer outro motivo que ele próprio repute relevante.

80. Quanto aos recursos no Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) Das decisões do Conselho de Justiça ou do auditor poderão as partes interpor recurso em sentido estrito, recurso especial e apelação.
- b) Em caso de concursos de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- c) Cabe apelação em caso de sentença definitiva de condenação ou de absolvição e em caso de concessão ou negação de menagem.
- d) Ao Ministério Público é defesa a apelação.
- e) Quanto aos Embargos, esses somente podem ser opostos caso haja intimação do acórdão.

Discursiva

À noite, no retorno para a delegacia, depois de cumpridas outras diligências, policiais civis suspeitaram, com razões justificáveis, da ocorrência de tráfico de drogas em determinada residência. Imediatamente, entraram à força no local e realizaram busca e apreensão no domicílio.

Considerando o entendimento do STF, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos a respeito da legalidade da entrada na residência e da busca e apreensão realizada na situação hipotética acima descrita.

- 1 Ao entrarem na residência naquele momento, os policiais agiram de maneira legal?
- 2 Ao realizarem busca e apreensão no domicílio, os policiais agiram legalmente? Em que momento ocorre o controle judicial desse tipo de ação?
- 3 Caso a ação dos policiais seja considerada ilícita, quais serão as consequências dessa ação?

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
